



Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise*

Challenges to training and professional work in a crisis context

JANE CRUZ PRATES**



O presente artigo é composto por uma breve explanação sobre o contexto mundial e o impacto da crise na proteção social, breves reflexões sobre o contexto político brasileiro para, de modo contextualizado, problematizar o binômio formação-trabalho do assistente social, articulado aos muitos desafios que estão postos para os trabalhadores e para os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Dando prosseguimento, apresenta-se os eixos que compõem o volume 14, n. 1, da *Textos & Contextos* (Porto Alegre).

O capital portador de juros, a partir da década de 1990, do século XX, retorna ao centro das determinações econômico-sociais, provocando importantes mudanças em todas as esferas do mundo capitalista. Na atualidade, no âmbito empresarial, o crescimento exacerbado do capital fictício, via ativos financeiros, tem inibido o investimento produtivo e ocasionado o fenômeno das chamadas demissões bursáteis, aquelas realizadas mesmo quando a empresa não apresenta problemas econômicos, ou seja, quando seu lucro, embora positivo, é menor do que o garantido pelos ativos financeiros, o que faz com que as empresas busquem aumentar a rentabilidade em curto prazo por meio de estratégias de reestruturação, de modo a garantir lucros em patamares mais altos (MARQUES; MENDES, 2013).

Desse modo, o capital fictício ganha relevância no processo de acumulação do capital como estágio máximo da hierarquização do mesmo, ou seja, se evidencia a supremacia do financeiro sobre todas as demais instâncias. São exemplos dessa supremacia: a crise do México, em 1994/1997; a crise asiática de 1997/1998; a crise da Rússia e do Brasil, em 2001; e a queda da Nasdaq, em 2001/2002 (MARQUES; NAKATANI, 2009).

Os impactos mais significativos dessa crise rebatem na produção, no consumo e no emprego, porém, no último, isso fica mais evidente, pois há inúmeras demissões fruto de processos de reestruturação. Por outro lado, o setor financeiro continua a manter seus privilégios. O socorro sugerido pelo *Federal Reserve System* (FED) para o salvamento do sistema financeiro pelo governo americano foi de US\$ 850 bilhões de dólares de um total de US\$ 1,6 trilhão empenhados pelo governo para a superação da crise. Em síntese, a crise que no seu primeiro estágio se mostrou financeira, rapidamente transformou-se em crise de superprodução, afetando o emprego, a produção e o comércio internacional. (MARQUES; MENDES, 2013).

** **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS/Brasil. E-mail: jprates@pucrs.br

O plano macroeconômico é marcado por um período de baixo crescimento econômico e elevados níveis de desemprego, além disso é um contexto no qual, segundo Marques e Mendes (2013, p. 137), “o pensamento liberal em termos de economia e proteção social é novamente alçado a posição dominante e a aplicação de seus princípios é identificada com a máxima eficiência e justiça social”, porém diferencia-se de períodos anteriores ao preconizar a participação do Estado para atender aos interesses do capital.

Os princípios neoliberais associados à proteção social e defendidos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial se concretizam em propostas pautadas na flexibilização do mercado de trabalho, na redução do custo com a força de trabalho e na substituição de regimes públicos, na repartição por regimes privados e de capitalização, destacam esses autores.

A crise econômica que assola a economia mundial, mais aguda nesse momento na região europeia, tem provocado perdas significativas para os trabalhadores, as quais compõem medidas que visam, segundo os governos europeus, o Banco Central europeu e o FMI, recuperar a capacidade dos estados endividados. Entretanto, é importante lembrar que o aumento desse endividamento se deu em razão do auxílio concedido por esses estados aos setores privados e a inscrição dessas dívidas em seus passivos durante a crise de 2008, o que foi acentuado pela desaceleração econômica internacional.

A partir de então, segundo Marques e Mendes (2013), a cobertura da proteção social passou a ser questionada, sendo objeto de reformas ou cortes significativos. Como contraponto, alguns países europeus, diante do aumento das desigualdades, aumentaram o valor de alguns benefícios, como Portugal, que ampliou o valor de repasse para famílias numerosas, mas, por outro lado, reduziu o valor de aposentadorias, do mesmo modo que Letônia, Lituânia, Grécia e Romênia.

Ainda no campo da família, destacam os autores supracitados, a Irlanda reduziu os valores de auxílios; a Inglaterra congelou, por 3 anos, os valores dos auxílios, suprimiu o auxílio gravidez, abandonou a universalidade para os auxílios familiares, o que também foi realizado pela Alemanha; e a Espanha suprimiu o auxílio para o primeiro filho. Na contramão dos demais países, a Suécia e a Dinamarca elevaram os auxílios às famílias (MARQUES; MENDES, 2013).

Observamos, portanto, com base nos dados aportados pelo estudo, que diante da crise agravada pelo socorro dos estados aos setores privados, o conjunto da população sofre perdas significativas em termos de proteção social, quando as políticas que conformam os sistemas de proteção deveriam ser ampliadas exatamente para o enfrentamento da crise por aqueles segmentos mais vulneráveis, que sofrem de modo mais acirrado as refrações da crise, ou seja, àqueles em que o capital expõe sua face mais dura.

No Brasil, as chamadas políticas neodesenvolvimentistas ou anticíclicas, por algum período, conseguiram frear ou minimizar os impactos da crise, na realidade protelaram seus impactos que agora se ampliam, dadas as condições mais adversas do contexto econômico internacional para a economia dos países dependentes. Hoje, o governo brasileiro anuncia cortes de recursos na área da saúde, da habitação e da educação, embora mantenha inalterados programas como o Bolsa Família e os Benefícios de Prestação Continuada.

Vivemos, nas últimas eleições, uma vitória por pequeno índice de vantagem do governo Dilma e a eleição de um Congresso extremamente conservador, contexto seguido de uma sequência de denúncias e manifestações híbridas, que reagem de forma justa contra a corrupção que se explicita mais recentemente não porque seja nova, afinal somos espoliados desde o Brasil Colônia, contudo tem sido mais evidenciada atualmente, associada a uma maior sensação de impunidade. É justo e pertinente nos manifestarmos contra a corrupção, pela democratização dos recursos públicos, pela disputa de maior volume de recursos para políticas públicas, mas esses movimentos também abrigam, em seu interior, processos de ordens diversas que reivindicam retrocessos, tais como: o armamento da população; a redução da maioria penal; o retorno à ditadura; o *impeachment* da presidente; expressões do tipo “menos Marx”, “menos Paulo Freire”; a rejeição a organizações partidárias, sindicais e movimentos sociais; o repúdio indiscriminado a programas sociais, como o Programa Bolsa Família; a discriminação de nordestinos, da

população negra, de homossexuais; e um apelo a um falso nacionalismo. Contam com o apoio e mobilização intensa da grande mídia, decidida a desestabilizar o governo eleito.

É preciso considerar que esse governo é composto por um grupo de partidos, entre os quais o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que ocupa o lugar estratégico de articulador político do governo e a vice-presidência da república, mas, ao mesmo tempo, de modo contraditório, em muitos espaços políticos relevantes, como no governo do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, faz oposição ferrenha ao governo federal, o que é, no mínimo, uma incoerência. Vivemos, portanto, no país, um momento difícil, delicado, que exige uma análise atenta, que contemple a universalidade com seus aspectos amplos e suas particularidades inclusivas.

Tomemos apenas uma das reivindicações citadas: “menos Paulo Freire”. O que pode levar um grupo a desejar menos Paulo Freire? Uma figura intelectual que orgulha esse país, respeitado e reconhecido internacionalmente, que lutou por uma educação popular crítica, pautada na autonomia, na emancipação política, no diálogo e na democracia e na participação popular. Parece-nos que a resposta é só o desejo de que essa participação não se amplie, de que as massas populares não ocupem mais espaço ou não se manifestem. E menos Marx? A necessidade de negar a existência do antagonismo de classes, a necessidade de negar a presença da classe popular enquanto força viva, exatamente para sobrepôr o interesse de uma única classe, o interesse da burguesia, como interesse geral abstrato. Afinal, quanto mais fragmentada a classe operária, aquela que vende sua força de trabalho, mais frágil e mais facilmente dominada será, segundo Marx (1987). A quem interessa o avanço dessas forças mais conservadoras? Seguramente, não ao conjunto dos trabalhadores. A teoria do caos não nos orienta, nem a do fragmento, nos orienta a análise atenta e compromissada com a realidade, à luz da totalidade, com suas múltiplas contradições inclusivas.

A formação e o trabalho profissional do Assistente Social não podem ser pensados, planejados e problematizados fora desse contexto pulsante e contraditório, não podem ser equacionados de modo dicotomizado, nem deslocados do contexto em que se inserem, não só porque são condicionados por esse contexto, mas porque dele se alimentam e por ele são constantemente desafiados.

Inicialmente, é preciso reconhecermos que avançamos muito ao longo das últimas décadas, nessa profissão, em termos de produção do conhecimento, e fizemos importantes conquistas. É preciso reconhecer nosso amadurecimento como profissão, constatarmos o reconhecimento dessa profissão pela sociedade e pelos organismos de pesquisa, especialmente a partir do momento em que passamos a reconhecer o Serviço Social como trabalho e nos reconhecermos como trabalhadores.

O significativo crescimento e produtividade da pós-graduação referente à área do Serviço Social tem suprido a área da graduação com pesquisas, periódicos e livros, que são fundamentais à formação dos profissionais da área, debatendo os mais diversos temas, enfrentando polêmicas, posicionando-se por meio do conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABEPSS), participando de lutas por direitos, contribuindo na constituição e na qualificação de políticas públicas, nos seus processos de avaliação, no debate acerca do Estado, do fundo público, da gestão pública, do controle social e dos movimentos sociais. Temos avançado no debate acerca de muitos temas, como: trabalho e processos de trabalho, violência, questões étnicas, de gênero, de sexualidade e diversidade. São exemplos desse rico material, os livros de Marilda Iamamoto, os artigos da Revista “Serviço Social e Sociedade”, com publicações ininterruptas desde 1979, as produções da “Revista Temporalis”, a coleção “Biblioteca Básica”, apenas para mencionar algumas obras que compõem as referências bibliográficas básicas de diversas disciplinas da graduação em Serviço Social de inúmeras IES do Brasil, e de outros países da América Latina.

Contudo, isso não significa que nossos pós-graduandos não precisem ser ainda mais instigados e desafiados a pensar nas demandas da graduação e da formação continuada, diante dos novos e complexos desafios que enfrentamos para formar profissionais críticos, a pensar coletivamente estratégias para

capilarizar o avanço intelectual da área com a grande massa da categoria, a pensar estratégias de mediação que possam driblar a avassaladora precarização docente e discente, e a consequente captura da subjetividade dos trabalhadores, reduzindo a distância entre a reflexão acadêmica e o trabalho profissional realizado no âmbito da maioria das instituições sociais e do Estado.

Essa distância tem se evidenciado em muitas teses e dissertações que debatem a apropriação da categoria acerca da questão social e do método marxiano, em especial (ZACARIAS, 2013; SILVA, 2014; CLOSS, 2015), porque como contraponto desse avanço, somos atropelados pela precarização imposta por uma Universidade operacional, cada vez mais produtivista, por procedimentos impingidos pelas políticas, com seus inúmeros manuais, cartilhas e orientações, que, embora relevantes para a orientação geral de sistemas únicos, como o SUS e o SUAS, são, em muitos casos, reproduzidos sem reflexão, sem mediações ou críticas, de forma despolitizada, com ênfase conformadora, reduzindo as possibilidades de criação e de realização de processos sociais emancipatórios (PRATES, 2014).

Potencializar o caráter emancipatório das políticas, a partir da ampliação de estratégias que instiguem a mobilização, a consciência, a organização, o acesso a informação mais qualificada, decodificada, que amplia a cadeia de mediações da população, tem sido um dos grandes desafios a ser, ainda, conquistado no âmbito das políticas públicas, pois são processos fundamentais à participação e à efetiva democratização das políticas públicas.

É preciso que se reconheça o caráter contraditório das políticas sociais em um estado social democrata que, ao mesmo tempo, efetua processos de conformação e viabiliza espaços de luta e resistência, atendendo tanto aos interesses do capital quanto às necessidades e demandas dos trabalhadores. As políticas sociais não vão à raiz da questão social, não incidimos sobre sua estrutura, apenas sobre suas refrações, mas em países em que a desigualdade histórica condiciona as o modo de vida da maioria da população são, sem dúvida, imprescindíveis (PRATES, 2014).

Outro aspecto a ser considerado são as orientações dos organismos internacionais, como FMI e o Banco Mundial, que, atualmente, voltam-se de modo mais contundente às políticas de educação, defendendo a privatização, a tecnificação, o aligeiramento da formação, o professor sem vínculo orgânico mais flexível e a educação à distância, o que acaba por repercutir no conjunto das políticas, uma vez que formam os profissionais que nelas irão se inserir como trabalhadores. Soma-se a isso um contexto de precarização do trabalho, desemprego estrutural e processos de reestruturação que atingem professores e alunos.

Os trabalhadores que materializam as políticas sociais por meio dos programas e serviços encontram condições de trabalho cada vez mais precárias, marcadas pela flexibilização, pelo sobretrabalho e relações marcadas pela pressão, descartabilidade e pelo medo do desemprego. O adoecimento desses trabalhadores tem sido apontado, em muitos estudos, como fruto do desgaste com o trabalho excessivo, das muitas horas gastas com deslocamentos, das duplas ou triplas jornadas de trabalho. Os trabalhadores dividem sua carga horária entre pequenos municípios e cargas horárias reduzidas em universidades, especialmente no interior dos estados brasileiros, o que acaba também por impactar no produto de seu trabalho (SILVA, 2014; PRATES et al, 2012).

Esse processo não é diferente na formação, também pressionada para tornar-se mais tecnicista e atender, em menor espaço de tempo, as demandas do mercado, desonerando os custos do capital. Isso se verifica na pressão para flexibilizar carga horária e conteúdos curriculares, no crescimento vertiginoso dos cursos de ensino à distância e na redução de espaços para debates mais densos entre docentes, que são assoberbados com tarefas burocráticas e administrativas, antes realizadas por trabalhadores administrativos, como resultado das reestruturações no âmbito das Universidades.

O retorno ao tecnicismo, que se apresenta com uma roupagem inovadora e empreendedora, se pauta, mais uma vez, em estratégias transpostas, mecanicamente, da área da produção e da administração empresarial para a área do ensino, demarcando um retrocesso que tem impactos desastrosos. Entretanto,

como bem destaca Iamamoto (2007), é fundamental o reconhecimento de que a produção de ideologia é uma estratégia fundamental do capital para a formação de uma consciência social (alienada), que irá se fixar na base do senso comum, pois, segundo Gramsci, “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas para ser exercida de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI apud IAMAMOTO, 2007, p. 51).

É fundamental que problematizemos a priorização de uma racionalidade técnica, que relegou a ética a segundo plano, pois uma verdadeira razão ética não pode prescindir da sensibilidade. E essa razão, em nosso entendimento, passa pela qualificação da educação, pela formação profissional a ela vinculada e pelo compromisso dessa formação com a qualificação das políticas públicas, em uma perspectiva de universalização, especialmente no contexto histórico brasileiro atual, quando esses são requisitos demandados como competência para algumas profissões pela própria sociedade¹, em políticas como saúde e assistência social, como é o caso do Serviço Social.

Chauí (2006), em documentário, diz que a razão técnica é restrita aos especialistas, logo não pressupõe a participação dos cidadãos no poder. A ética pela perspectiva da racionalidade técnica é tomada como uma dispersão de éticas (escolares, pessoais, de grupos), ou seja, pautadas na ausência de qualquer referência à universalidade. Tem-se, portanto, uma ética, segundo Chauí, reduzida a gerência científica e de departamento de recursos humanos empresariais. Se cumprirmos as normas, somos éticos. E, complementa a filósofa, dizendo: “isto é tudo, menos ética” (ÉTICA 2, 2006).

Continuando ainda no pensamento da filósofa, a ética real é a justiça, é a liberdade. O sujeito ético é um ser consciente, racional, livre e autônomo, que decide ser e como ser responsável. Os valores assumidos somente são livres e autônomos se não vierem da obediência, do comando e da pressão, porque autônomo é quem pode dar a si o comando da ação.

A grande crítica dos Pós-Modernos à Modernidade, cuja utopia continua sendo a garantia universal de direitos, centra-se na crítica a uma razão que não cumpriu suas promessas de liberdade e igualdade, mas a razão tecnicista, descolada do compromisso com a distribuição equitativa dos bens e serviços pela força de trabalho, ou seja, despolitizada, é que precisa ser criticada, uma razão reducionista maquiada pelas artimanhas do espetáculo.

Uma formação sólida e crítica, pautada na investigação, é fundamental para que se possa contribuir com subsídios para a consolidação das abordagens coletivas realizadas no SUS e no SUAS, o que requer o diálogo com diferentes áreas que são previstas nos serviços e programas para realização de processos de trabalho integrados, de modo que possam ser qualificadas, atentas para a integralidade da atenção em saúde e da proteção na assistência, diretriz que representa a perspectiva de não redução e fragmentação dos sujeitos e apreensão dos múltiplos fatores que determinam condições de vulnerabilidade em suas vidas, muitas vezes decorrentes da falta de acesso a condições dignas de vida, em que se inclui o acesso a essas políticas.

Nessa mesma direção, é preciso problematizar eixos estruturantes das políticas, que são considerados avanços, como a participação da sociedade, a matricialidade sociofamiliar e a territorialidade, desvelando seus aspectos contraditórios, pois se analisados de modo descontextualizado, podem reiterar processos de culpabilização, reduzir análises que não contemplam a luta de classes, reiterar estigmas e concepções como territórios de risco e comunidades de risco.

Por fim, a participação popular, em que pese a conquista de espaços como as práticas conselhistas, conferências e fóruns, ainda se constitui um desafio a ser consolidado, uma vez que, como bem destaca Paiva (2014), o usuário é representado por organizações que não o representam e muitos, sequer, estão organizados. O sujeito trabalhador, sem tempo livre e submerso na luta pela sobrevivência, tem os próprios sonhos capturados pelo capitalismo: restringe-se a sonhos de consumo. Por outro lado, as organizações que compõem os conselhos são capturadas como meras gestoras de recursos.

No processo decisório democrático, como bem destaca Lapassade (1989), a importância da relação com a base, por parte dos representantes, é fundamental, exatamente para o exercício da pressão, para que o interesse da maioria da população seja resguardado e para a garantia da legitimidade. Para tanto, esses representantes precisam de independência e autonomia, de modo que possam lutar na defesa dos interesses coletivos, problematizar processos, efetivar de forma crítica o controle social. Contudo, na medida em que as entidades que representam se reduzem a gestoras de recursos, essa possibilidade de pressão ou de poder se restringe significativamente. O espaço dos conselhos, esvaziados do poder de controle, perdem substância política, força de pressão e, conseqüentemente, capacidade de ação.

Problematizar essas contradições, bem como afirmar uma formação que contemple os eixos da integralidade e universalidade, é de suma importância. Nesse sentido, parece ser central à formação contribuir para a constituição de um sujeito ético, comprometido com o seu tempo histórico, um sujeito que reconhece sua condição e seu compromisso humano-genérico, que opta por uma posição de classe, consciente de que é um ser político que movimenta saberes e poderes, embora reconheça os limites que lhe são impostos pelo assalariamento e os que condicionam as efetivas possibilidades históricas de transformação frente ao real.

O grande desafio à formação profissional, diz Iamamoto (2002), é articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais, que dão sustentação à realidade do trabalho profissional onde ele se materializa, o que segundo a autora, exige caminhar da análise das profissões ao seu efetivo exercício, considerando as condições resultantes das forças sociais que polarizam os processos de trabalho e o processo de assalariamento.

Nessa direção, é também essencial o reconhecimento da necessidade de ampliar o diálogo e as articulações entre diferentes áreas e grupos de trabalhadores e investir no fortalecimento das organizações coletivas na categoria e para além dela, o que precisa ser estimulado desde a formação graduada. Precisamos atribuir maior centralidade ao desenvolvimento do processo pedagógico de participação na formação, instigando, além da maior autonomia discente, a maior articulação com os movimentos sociais e a ampliação da participação direta no bairro, no local de trabalho, na Universidade, nas instâncias da categoria, e em outros espaços de participação coletiva.

A revolução não se faz no discurso, mas na ação, contudo é preciso que essa ação seja iluminada pela teoria revolucionária, se o contexto não permite hoje à classe trabalhadora, da qual fazemos parte, um processo revolucionário, permite, certamente, que provoquemos pequenas convulsões revolucionárias, como previa Marx (1993) na obra “A ideologia Alemã”, a partir de processos sociais emancipatórios que podem ser instigados nos mais diversos espaços onde nos inserimos, desde que não percamos a clareza de nossa direção social e não nos deixemos capturar pelos proceduralismos ou pela desesperança. Dentro dessa perspectiva, almejamos muito mais Marx e Paulo Freire para orientar nossas reflexões e estratégias de enfrentamento às expressões da questão social.

*

Esta edição da **Textos & Contextos (Porto Alegre)** é composta por quatorze artigos, oriundos de pesquisadores de sete estados brasileiros, sendo um internacional, da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina.

Abrindo a revista, apresentamos um artigo, fruto das reflexões do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Questão Social na América Latina da UFSC, intitulado “Ser Social e trabalho: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional”, que debate a categoria trabalho, a partir dos pensadores Karl Marx e György Lukács, e sua relação com o Serviço Social. Esse primeiro artigo compõe o primeiro eixo da Revista – **Fundamentos do Serviço Social** –, complementado por mais dois artigos. O segundo, “Trabajo social y campo posmoderno: crítica de sus proposiciones en torno a la intervención profesional”, apresenta uma reflexão crítica sobre os limites da teoria pós-moderna para fundamentar o trabalho profissional do Assistente Social e, por fim, o artigo que versa sobre o tema

da participação e o modo como perpassa as bases teórico-políticas do Serviço Social, a partir de uma revisão bibliográfica que contempla a literatura e a legislação da profissão.

O segundo eixo – **Ato Infracional e Medidas Socioeducativas** – é composto por três artigos. O primeiro destaca as dimensões da medida socioeducativa, no que concerne a seus aspectos sancionatórios e pedagógicos, criticando a sobreposição do primeiro sobre o segundo. Dando prosseguimento, o segundo artigo versa sobre o imaginário social acerca da prática do ato infracional em tempos de agudização de processos de violência urbana e o envolvimento de adolescentes nesses processos. Encerrando esse bloco, o terceiro artigo aborda as medidas socioeducativas, a influência do contexto familiar nas decisões judiciais relativas a atos infracionais, com base em estudo qualitativo da jurisprudência, buscando desvelar os preconceitos em relação às estruturas familiares contemporâneas.

O terceiro eixo – **Envelhecimento Humano e Trabalho Profissional** – é conformado por dois artigos. O primeiro deles apresenta uma proposta de mediação de conflitos intrafamiliares contra pessoas idosas de cunho não jurídico, realizada por uma equipe interdisciplinar em unidades de saúde, a partir de pesquisa-ação. O segundo, aborda a feminização da velhice, tendo por base um estudo realizado em Minas Gerais acerca das características de 40 idosas, e identificação de riscos sociais associados a essas características.

O quarto eixo – **Políticas Sociais e Educação** – agrega três artigos, o primeiro, problematiza a mercantilização do ensino superior num contexto de desmonte das políticas sociais como parte do ideário neoliberal; o segundo, versa sobre assistência estudantil, destacando os impactos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a permanência e conclusão do curso pelos estudantes, na perspectiva de apontar subsídios para o aprimoramento dos serviços desenvolvidos pelas IES nessa área. Encerrando esse bloco, o terceiro artigo aborda o direito à educação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no espaço dos CREAS, a partir de pesquisa qualitativa, com base na técnica de grupo focal com adolescentes, entrevistas com profissionais orientadores de medidas no CRES e coordenadores pedagógicos de escolas públicas.

E, finalmente, o quinto e último eixo – **Políticas de Saúde e Assistência Social** – articula três artigos que problematizam aspectos diversos das políticas públicas, contemplando orçamento, construção da cidadania, conformação histórica das políticas e o trabalho profissional. O primeiro deles aborda os desafios do trabalho profissional na área da saúde mental, mais especificamente com adolescentes dependentes químicos em uma comunidade terapêutica. O segundo, problematiza o peso do orçamento destinado aos abrigos na Política de Assistência Social, com vistas a subsidiar processos de compactuação e organização política na área da infância e juventude. Finalizando esse eixo e a Revista, o último artigo apresentado se pauta numa pesquisa documental e em depoimentos de testemunhas-chave para a reconstituição do processo de elaboração da Política Nacional de Assistência Social, enfatizando o contexto político em que foi aprovada, os embates teóricos e os sujeitos envolvidos no processo.

Por fim, esperamos que a diversidade de abordagens e temas apresentados na 22ª edição da **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, que problematizam as expressões da questão social e o Serviço Social a partir de múltiplos ângulos, contribuam para instigar novas reflexões e produções.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!

Porto Alegre, inverno de 2015.

Referências

- CLOSS, T. T. Fundamentos do Serviço Social brasileiro: um estudo a partir da produção profissional da área nas últimas décadas (1993-2003). 2015. **Tese** (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2015.
- ÉTICA 2 - Drama Burguês, O / **Ética das Aparências**, A. Direção: Paulo Morelli e Dario Vizeu. Produção: TV Cultura. Elenco: José Américo Pessanha, Antonio Candido, Renato Janine Ribeiro, Marilena Chauí, Gerd Bornheim, Alfredo Bosi, José Miguel Wisnik e Nelson Brissac. São Paulo, 2006. 1 DVD.
- IAMAMOTO, M.V. Projeto Profissional: espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 2002.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social em tempo de Capital Fetice**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LAPASSADE, George. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- MARQUES, R. M.; MENDES, A. A proteção social no capitalismo contemporâneo em crise. **Revista Argumentum**, UFES, Vitória, ES, v. 5, n.1, p. 135- 163, jan./jun. 2013.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- PRATES, J. C. Políticas sociais e neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Revista Textos e Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre, RS, v.13, n. 1, 2014.
- SILVA, S. dos S. Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do Serviço Social: contribuições a partir da Região Nordeste do RS. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2014.
- ZACARIAS, I. R. A influência da teoria marxiana no trabalho dos assistentes sociais. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

* O conteúdo desse artigo foi exposto originalmente pela autora na Conferência de encerramento do I Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social. UEL, Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/site/wp.../jane-prates.docx

¹ A sociedade brasileira, por meio da participação democrática nas Conferências Nacionais realizadas para dimensionar e deliberar sobre as Políticas de Saúde e Assistência Social e seus respectivos Sistemas Únicos, legitima essas demandas.